

CALRE

Conferência das Assembleias Legislativas Regionais da Europa Nota explicativa

A CALRE reúne setenta e quatro presidentes das assembleias legislativas regionais europeias: os parlamentos das comunidades espanholas, as regiões italianas, os estados federados alemães e austríacos, as regiões portuguesas dos Açores e da Madeira, Escócia e Irlanda do Norte no Reino Unido, Åland na Finlândia e as comunidades e regiões da Bélgica.

Depois de anos de encontros bilaterais e multilaterais, a CALRE foi fundada mediante um ato assinado no dia 7 de Outubro de 1997 em **Oviedo**, Espanha, que recordava três precedentes no esforço de outorgar um lugar e um papel europeu aos parlamentos regionais:

1. A Declaração da Assembleia das Regiões da Europa (Basileia, 1996), cujo apartado 12.1 propunha mecanismos de contacto entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos regionais, tendo em conta o fato de que são instituições que representam a vontade directa dos cidadãos.
2. As teses de Stuttgart, desenvolvidas em Maio de 1997 em uma Conferência internacional organizada pelo Landtag de Baden-Württemberg em colaboração com o Centro Europeu de Investigação sobre o Federalismo de Tübingen, sobre o papel dos Parlamentos regionais da União Europeia como marco da política europeia.
3. A Declaração assinada por Alemanha, Áustria e Bélgica, em Outubro de 1997, que se referia a uma das teses de Stuttgart sobre o princípio de subsidiariedade estabelecido pelo Tratado de Maastricht. Esta declaração predicava a extensão deste princípio não somente à relação entre a União e os Estados membros, como também aos Länder e às Regiões tendo em conta que estes têm um poder legislativo atribuído pela Constituição nacional.

A segunda Conferência, que se realizou em **Salzburg** (6-8 de Outubro de 1998), referia-se à aplicação do princípio de subsidiariedade. A Declaração propunha:

1. A possibilidade de que as Regiões possam defender directamente o seu poder legislativo diante do Tribunal de justiça.
2. A redacção de uma lista clara das competências das Regiões, que teria de ser incluída nos Tratados da União Europeia.
3. O fortalecimento da colaboração entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos regionais, sem reduzir as competências do Comité das Regiões.

Na sua terceira sessão, em **Florença** (17-18 de Maio de 1999), a CALRE concentrou a sua atenção nos seguintes pontos:

1. A importância das relações entre os Länder e as Regiões com poder legislativo para difundir o sentimento de cidadania europeia. Com este objectivo, previu-se instituir em todos os Parlamentos regionais uma comissão para as questões europeias, bem como o lançamento de uma série de iniciativas de informação e intercâmbio.
2. O reconhecimento oficial das relações entre as Assembleias legislativas regionais e o Parlamento Europeu e a sua inclusão nos textos do Tratado. Ao mesmo tempo solicitou-se também uma modificação do Regulamento do Parlamento Europeu com a finalidade de permitir a participação de representantes da CALRE nos trabalhos da Comissão para as políticas regionais bem como em outras comissões no exame de questões que tenham uma importância regional.
3. A participação das Assembleias legislativas das Regiões na aprovação das decisões relativas à coesão social e territorial bem como às relativas à ampliação da União.

Em **Santiago de Compostela**, no dia 28 de Outubro de 2000, a CALRE concretizou a sua actuação em relação à modificação dos Tratados. A Conferência procedeu à audiência dos grandes protagonistas da reforma dos Tratados, estando presentes, para ilustrar a Conferência Inter-governamental do ano 2000, representantes pessoais dos presidentes dos Governos dos Estados membros e embaixadores das Representações permanentes perante a União Europeia. A CALRE finalmente adoptou uma Resolução sobre a Carta dos Direitos Fundamentais.

A 5ª Conferência das Assembleias legislativas regionais da Europa realizou-se no **Funchal** (Madeira), de 28 a 30 de Outubro de 2001, na qual, além da aprovação de um novo Regulamento que substituíra o Regulamento muito sintetizado aprovado em 1999 durante a Conferência de Florença, adoptou por unanimidade um documento intitulado "Declaração da Madeira", que enfatizava a necessidade de uma atribuição correcta e equilibrada das competências a nível europeu, estatal e regional (em particular, como marco do seguimento do Convénio europeu e da Conferência Inter-governamental de 2003).

A Conferência adoptou também um documento do Parlamento da Catalunha sobre as relações entre os parlamentos regionais e o Parlamento Europeu e conheceu um informe dos Presidentes dos Parlamentos do Vale de Aosta e Irlanda do Norte sobre os parlamentos regionais na era da Internet. Também adoptou uma declaração relativa ao terrorismo.

A 6ª Conferência das Assembleias legislativas regionais da Europa, realizou-se nos dias 28 e 29 de Outubro de 2002, em **Bruxelas**. A Conferência adoptou por unanimidade a conhecida como "Declaração de Bruxelas", mediante a qual os presidentes destacaram a necessidade de reforçar as relações da CALRE com o Parlamento Europeu e com o Comité das Regiões e a vontade de participar e contribuir activamente nos trabalhos da Convenção europeia.

A 7ª Conferência realizou-se em **Reggio Calabria** nos dias 27 e 28 de Outubro de 2003. Nela, entre outros documentos, adoptou-se a "Declaração

de Reggio Calabria”, na qual os presidentes das Assembleias legislativas regionais da Europa pronunciaram-se sobre os trabalhos da Convenção europeia. Também ecoavam, entre outros assuntos, o estabelecimento de contactos com os presidentes de turno da Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários (COSAC) e as relações com o Parlamento Europeu, o Comité das Regiões e a Comissão. Com anexos à declaração, a CALRE incluiu um documento sobre as estratégias da Conferência e o seu calendário de trabalho, a Declaração final da quarta conferência de presidentes dos parlamentos das regiões capitais na União Europeia que se havia celebrado em Berlim de 23 a 25 de Fevereiro de 2003, a declaração dos presidentes das Assembleias legislativas das Regiões Insulares Europeias membros da CALRE, que se reuniram em Cagliari no dia 2 de Maio de 2003, bem como um documento sobre os compromissos dos parlamentos regionais em relação às novas tecnologias da informação.

A 8ª sessão plenária da CALRE realizou-se nos dias 25 e 26 de Outubro de 2004 em **Milão**. A reunião tratou do projecto do Tratado através do qual se estabelece uma Constituição para Europa e sobre o princípio de subsidiariedade; a aplicação dos princípios de governabilidade e cooperação com a comissão europeia mediante o estabelecimento do chamado “Diálogo Territorial Estruturado”; a cooperação inter-parlamentária europeia e a COSAC; sobre a representação e a democracia regional; o federalismo, o regionalismo e a descentralização; e o desejo de reforçar a cooperação com as instituições europeias e nacionais. Tudo isto reuniu-se na “Declaração de Milão”, que incluiu como anexos uma declaração específica sobre o novo Tratado Constitucional e sobre a aplicação do princípio de subsidiariedade, uma outra sobre a ratificação do Tratado constitucional e de apoio à ideia europeia e, finalmente, um último sobre a cooperação inter-parlamentária euro-mediterrânea.

A 9ª Conferência foi celebrada em Barcelona nos dias 24 e 25 de Outubro de 2005. Nesta Conferência aprovou-se a “**Declaração de Catalunha**” na qual se recolhem questões como o reconhecimento comunitário das regiões com poderes legislativos e dos seus parlamentos. Inclui-se a solicitação à Comissão Europeia e ao resto das instituições, de medidas necessárias para serem postos em prática procedimentos que permitam a participação dos parlamentos das regiões com poder legislativo no controlo do princípio de subsidiariedade, no âmbito da nova realidade da ampliação da União Europeia e a consecução da União Económica e Monetária. Também se faz finca-pé no reforço do processo de regionalização e de descentralização mediante o conhecimento de diversas experiências regionais e acções de cooperação.

A esta Declaração soma-se um anexo sobre as propostas de participação dos parlamentos regionais no sistema de controlo dos princípios de subsidiariedade e proporcionalidade.

Em 2006 celebrou-se nos dias 30 e 31 de Outubro em Veneza a 10ª Conferência das Assembleias Legislativas Europeias. Durante este encontro, cumprido o décimo aniversário da constituição da Conferência, destacam-se

na aplicação do princípio de subsidiariedade, o novo procedimento posto em funcionamento pela Comissão e os resultados das provas da Rede de consulta de subsidiariedade levadas a cabo pelas Câmaras Municipais e pelos Governos Locais sem poder legislativo. Também se indica a necessidade de reconhecer num protocolo adjunto aos Tratados o papel constitucional das Regiões com poder legislativo.

Outras considerações recolhidas na **"Declaração de Veneza"** são a necessidade de cooperação interparlamentar e a importância que os Parlamentos Legislativos da União Europeia jogam no momento de informar os cidadãos sobre temas de ampliação e diálogo com os novos Estados membros da União. Esta Declaração finaliza reconhecendo o labor dos grupos de trabalho da CALRE, o trabalho realizado com as instituições comunitárias e felicita o nascimento do Grupo das Regiões com Poder Legislativo no Comité das Regiões.

Nos dias 22 e 23 de Outubro do ano 2007 celebrou-se em Berlim a 11ª Conferência de Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais Europeias. Nesta reunião foi aprovada a **"Declaração de Berlim"**, que marcará as linhas gerais da actividade da CALRE durante o ano 2008.

Durante a reunião de Berlim foi prestada uma profunda atenção ao Tratado de Reforma da União, destacando o avanço que supôs para as regiões da Europa, apesar de incidir na necessidade de reforçar a cooperação parlamentar. Sobre o princípio de subsidiariedade, os Presidentes felicitam-se pelos avanços introduzidos no novo texto, exceptuando certos critérios levados a cabo pela Comissão na aplicação deste princípio. Motivo de preocupação é a política regional no âmbito da reforma orçamental prevista pela Comissão dada a condição de legisladores do orçamento das regiões dos próprios parlamentos regionais.

Por último, várias Declarações anexas foram aprovadas no transcurso desta reunião: sobre as mudanças climáticas, Federalismo Fiscal e uma resolução para apoiar uma Carta da Democracia Regional.

Listado de Declarações da CALRE:

- 1997- Declaração de Oviedo- **Constituição da CALRE**
- 1998- Saarländische Landtag – **Declaração de Salzburgo**
- 1999- Consiglio Regionale della Toscana – **Declaração de Florença**
- 2000- Parlamento de Galicia – **Declaração de Santiago de Compostela**
- 2001- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira – **Declaração da Madeira**
- 2002- Parlement Wallon – Declaração de **Bruxelas**.
- 2003- Consiglio Regionale della Toscana – **Declaração de Regio Calabria**
- 2004- Consiglio Regionale della Toscana – **Declaração de Milão**
- 2005- Parlament de Catalunya – **Declaração de Barcelona**
- 2006- Consiglio Regionale della Toscana – **Declaração de Veneza**
- 2007- Landtag von Baden-Württemberg – **Declaração de Berlim**
- 2008- Eusko Legebiltzarra /Parlamento Vasco – **Declaração de Vitória**